

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais

negócios; e no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).
Um ativo fiscal diferido será reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que:

- não é uma combinação de negócios;
 - e no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). São calculados com base nas alíquotas do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis.
- Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a empresa adota o Regime Tributário de Transição - RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

2.5. Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:
• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

• Investimentos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixa quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "passagem"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixa quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

b) Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

c) Recebíveis de concessão de serviço público

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 - Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuro e taxa efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária esta prevista para 2015.

2.8. Investimentos

Representam quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.9. Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas nesses locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.10. Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.11. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

3 Adoção Inicial dos Novos Pronunciamentos Contábeis

A promulgação das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 instaurou para as companhias abertas, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade com a emissão pelo CPC e a aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiros, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis em duas etapas: a primeira etapa, desenvolvida e aplicada em 2008 com a adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 00 a 14 (revogado a partir de 2010) e a segunda com a emissão em 2009 dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (à exceção do 34 e ICPC 01), com adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo para 2009 para fins comparativos. Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º

de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567 referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no primeiro balanço patrimonial levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 2009.

Dessa forma, uma vez que o ato societário que fundamentou a cisão que verteu os ativos de transmissão a Companhia só ocorreu em 29 de dezembro de 2009, a Companhia não apresentou balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2008, razão pela qual o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010 é apenas comparado com o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2009. Os impactos de adoção inicial do novo conjunto de normas está apresentado abaixo:

a) Isenções adotadas

Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com os novos CPCs, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva.

a.1) Isenções de aplicação retrospectiva completa escolhida pela Companhia

A Companhia adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa: Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: a Companhia considerou impraticável re-mensurar os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão do serviço público nas suas datas de aquisição, optando pelo método do valor residual para mensurar: (i) o ativo financeiro, correspondente ao direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção efetuados e não amortizados até o final da concessão e (ii) para apuração da taxa interna de retorno do projeto.

a.2) Reconhecimento do Balanço de acordo com os novos pronunciamentos contábeis (Cisão)

Ref.	Apresentado 31/12/2009		Reclassificações	Ajustes IFRS		Reapresentado 31/12/2009	
	RS mil			Débito	Crédito	RS mil	
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	28.014	-	-	-	-	28.014	-
Contas a receber de clientes e outros	5.629	-	-	-	-	5.629	-
Recebíveis de concessão de serviço público (2)	-	-	25.341	-	-	25.341	-
Estoque	214	-	-	-	-	214	-
Outros créditos	33	-	-	-	-	33	-
TOTAL DO CIRCULANTE	33.890	-	25.341	-	-	59.231	-
NÃO CIRCULANTE							
Recebíveis de concessão de serviço público (indenização) (2)	-	-	12.110	-	-	12.110	-
Outros investimentos	101	-	-	-	-	101	-
Imobilizado	37.450	-	-	(37.450)	-	-	-
Intangível	2.334	-	-	(2.334)	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	39.885	-	12.110	(39.784)	-	12.211	-
TOTAL DO ATIVO	73.775	-	37.451	(39.784)	-	71.442	-

PASSIVO

CIRCULANTE

Salários e encargos a pagar	170	-	-	-	-	170	-
Taxas regulamentares	92	75	-	-	-	167	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (1)	8.868	-	(7.900)	-	-	968	-
Coligadas, controladas e controladoras	-	-	395	-	-	395	-
Outras contas a pagar	470	(470)	-	-	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE	9.600	-	(7.900)	-	-	1.700	-
NÃO CIRCULANTE							
Coligadas, controladas e controladoras	-	5	-	-	-	5	-
Outras contas a pagar	5	(5)	-	-	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5	-	-	-	-	5	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	63.085	-	-	-	-	63.085	-
Reservas de lucro	1.085	-	-	-	-	1.085	-
Proposta de distribuição de dividendos adicional (1)	-	-	-	7.900	-	7.900	-
Lucro/Prejuízo acumulado (2)	-	-	(2.333)	-	-	(2.333)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.170	-	(2.333)	7.900	-	69.737	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73.775	-	(10.233)	7.900	-	71.442	-

Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

(1) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08) - Esta interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis como definido no pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos. Os dividendos declarados e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2009 e vertidos no processo de cisão como parte integrante do acervo líquido foram reconhecidos como ajuste na mutação do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial, onde estavam originalmente apresentados de acordo com as regras anteriores.

(2) Contabilização do direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. Esse entendimento está de acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos.

Os impactos referentes ao exercício de 2009 foram reconhecidos no balanço patrimonial no patrimônio líquido e lançados com ajuste de adoção inicial, alterando assim o saldo do acervo líquido cindido de ativos de transmissão e correspondem ao seguinte:

- Reversão da receita tarifária em resultado correspondente a parcela classificada como amortização de dívida do poder concedente (RAP).
- Reversão de despesas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis.
- Reconhecimento da receita financeira de correção pela taxa interna de retorno do projeto dos ativos financeiros.
- Reconhecimento das receitas de construção e custos de construção.
- Reconhecimento das receitas de operação e manutenção.

b) Reapresentação das ITR de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustados às normas de 2010.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	2010		2010	
Trimestre findo em:	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/09/2010
Patrimônio líquido publicado	70.296	75.748	79.431	-
Dividendos	7.900	-	-	-
ICPC 01	(2.407)	(2.481)	(2.554)	-
Patrimônio líquido reapresentado	75.789	73.267	76.877	2010

Resultado período findo em:	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/09/2010
Resultado publicado	6.126	5.453	3.683	-
ICPC 01	(74)	(74)	(73)	-
Resultado reapresentado	6.052	5.379	3.610	2010

Resultado trimestre findo em:	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/09/2010
Resultado publicado	6.126	11.579	15.262	-
ICPC 01	(74)	(148)	(221)	-
Resultado reapresentado	6.052	11.431	15.041	2010

Estas informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/10	31/12/09
Caixa e depósitos bancários à vista	56	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	31	31
Fundos de investimento	37.132	27.982
Total	37.219	28.014

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou realização. As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a Receber de Clientes e Outros

As Contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	31/12/10	31/12/09
Consumidores	2.406	3.577
Consumidores - partes relacionadas (1)	1.496	2.052
Total Circulante	3.902	5.629

(1) Composição de valores a receber pela disponibilização de rede de energia para as empresas relacionadas com detalhamento em nota de saldos e transação com partes relacionadas.

Setor Público	Saldos vincendos		Vencidos		Total
	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/10	31/12/09	
Setor Privado	598	12	92	702	834
Setor Privado	2.722	59	419	3.200	4.795
Total Circulante	3.320	71	511	3.902	5.629

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais

14 Patrimônio Líquido

Capital social
O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 63.085, dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. A composição do capital social realizado segregado pelos principais acionistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (em Mil)		%
	Única	Ordinárias	
Neoenergia S.A.	55.416	87,8	
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,5	
PREVI	1.446	2,3	
Outros	862	1,4	
Total	63.085	100,0	

Acionistas	R\$ (em Mil)		%
	Única	Ordinárias	
Neoenergia S.A.	55.416	87,8	
Iberdrola Energia S.A.	5.361	8,5	
PREVI	1.446	2,3	
Outros	862	1,4	
Total	63.085	100,0	

15 Receita Bruta

	31/12/2010
Receita de operação e manutenção	6.984
Receita de construção	6.006
Receita financeira de concessão	22.914
Outras receitas	916
Total	36.820

16 Deduções da Receita Bruta

	31/12/10
Impostos:	(229)
PIS	(229)
COFINS	(1.057)
Encargos Setoriais:	
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.243)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(265)
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC	(1.484)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(767)
Total	(5.045)

17 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas	Custos de bens e serviços vendidos		Despesas gerais e administrativas		2010 Total
Pessoal	(1.989)	-	-	-	(1.989)
Entidade de previdência privada	(25)	-	-	-	(25)
Material	(39)	-	-	-	(39)
Serviços de terceiros	(3.579)	(106)	-	-	(3.685)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE	(168)	-	-	-	(168)
Arrendamentos e alugueis	-	(110)	-	-	(110)
Tributos	-	(20)	-	-	(20)
Despesa de construção	(6.006)	-	-	-	(6.006)
Outros	(111)	(335)	-	-	(445)
Total custos/despesas	(11.917)	(571)	(12.487)		

	31/12/10
Pessoal	(1.145)
Remunerações	(1.145)
Encargos sociais	(405)
Provisão para férias e 13º salário	(190)
Participação nos resultados	(249)
Total	(1.989)

18 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	31/12/10		31/12/09	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	3.968	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	850
			-	3.968	-	850
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	384	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	82
			-	384	-	82
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	104	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	-	-	22
			-	104	-	22
Coelba	(b)	Reembolso de despesa	-	-	-	189
	(a)	Uso da Rede	918	-	-	987
		Outras	-	-	24	-
			918	-	24	987
Celpe	(a)	Uso da Rede	27	-	-	32
			27	-	-	32
Cosern	(a)	Uso da Rede	10	-	-	16
			10	-	-	16
Termopernambuco	(a)	Uso da Rede	8	-	-	3
			8	-	-	3
Itapebi	(b)	Reembolso de despesa	-	-	-	207
	(a)	Uso da Rede	532	-	-	1.014
		Outras	-	-	893	-
			532	-	893	1.014
Afluente Geração	(b)	Outras	2.322	-	-	-
			2.322	-	-	-

(a) Cobrança autorizada pela ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP.
(b) Cobrança de gastos com pessoal cedido ou tomado com empresas do grupo.

A receita anual permitida faturada contra partes relacionadas e que reduziu o ativo financeiro da concessão foi como segue:

	31/12/2010
Coelba	8.332
Cosern	116
Celpe	279
Itapebi	68
Termopernambuco	77
Baguari I	6
Total	8.878

19 Instrumentos Financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não mantém contratos derivativos.

Considerações gerais:

- Em 31 de dezembro de 2010, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:
- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Contas a receber de clientes e concessão de serviços públicos - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

Ativo	Categoria	31/12/10		31/12/09	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mantido para negociação	37.219	37.219	28.014	28.014
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	3.902	3.902	5.629	5.629
Concessão de serviços públicos	Empréstimos e recebíveis	41.031	41.031	37.451	37.451

Fatores de Risco:

• Risco de taxa de juros

✓ Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxas de juros, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

	Aumento/redução em pontos-base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido

2010

Ativos Financeiros

CDI	0,99	367	367
-----	------	-----	-----

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

• Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores relativos ao fornecimento da energia gerada. Este risco é reduzido em função da Companhia manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

20 Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual, conforme mencionado anteriormente, foi determinada unicamente pela Administração da Companhia.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (Nesta nota valores apresentados em Reais - R\$):

Riscos	Data da vigência	Importância segurada	Prêmio (R\$)
--------	------------------	----------------------	--------------

Riscos Nomeados - Subestações e Usinas 8/10/2010 a 8/10/2011 30.265.339 62.330

Responsabilidade Civil Geral - Operações 8/10/2010 a 8/10/2011 1.000.000 10.577

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, com as principais apólices descritas a seguir:

Riscos nomeados - subestações e usinas - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações e usinas, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Os seguros da Companhia - cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da Companhia. O limite máximo de indenização - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral é de R\$ 1.000.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias Da Silva - **Presidente**
Gonzalo Pérez Fernandes - **Vice-presidente**

Titulares

Jose Mauricio Pereira Coelho
Marcelo Maia De Azevedo Corrêa

Suplentes

Luciana Freitas Rodrigues
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Vinicius Balbino Bouthid
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emílio Schneider
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Rel. c/ Investidores

Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

Paulo Roberto Dutra
Diretor Planejamento e Controle
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Claudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG-068369/O-0-T-RJ

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2010, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de

mudações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores

independentes, Ernst & Young, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.
Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4